

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota 1 – Contexto Operacional

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças e metais sanitários (Divisão Deca). Conta atualmente com quatorze unidades industriais no Brasil e uma na Argentina, mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos e Europa.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados Durafloor, componentes semiacabados para móveis e uma unidade de produção de resinas industriais.

A Divisão Deca opera com nove unidades industriais no País e uma na Argentina, responsáveis pela produção de louças e metais sanitários, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Deca Piazza (na Argentina).

Em 6 de agosto de 2012 a Duratex efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A., e em 8 de novembro adquiriu participação adicional de 12% por meio de OPA – oferta pública de aquisição de ações, atingindo 37% no capital total dessa companhia. A Tablemac é uma empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada e opera com quatro unidades na Colômbia responsáveis pela produção de painéis de MDP, MDF e mobiliário pré-modulado.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2013.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Duratex S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs / IFRS vigentes a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reclassificações:

(i) No Passivo Circulante

Para fins de comparabilidade foi reclassificado o valor de R\$ 7.932, apresentado nas demonstrações financeiras de 2011 na rubrica de Dividendos e JCP para a rubrica de Contas a pagar, relativo aos lucros a serem distribuídos dos projetos de Sociedade em Conta de Participação de nossa subsidiária Duraflora S.A. com seus outros sócios participantes.

(ii) Nos fluxos de caixa

Em 2012, os juros de financiamentos e Imposto de renda e a contribuição social pagos, estão sendo apresentados em rubricas específicas nas atividades operacionais dos Fluxos de Caixa, para melhor comparabilidade reclassificamos os mesmos itens do ano de 2011 que foram apresentados originalmente como informações suplementares aos fluxos de caixa, sendo:

a) Os juros pagos de R\$ 80.914 na controladora e R\$ 103.336 no consolidado reclassificados da rubrica amortização de financiamentos.

b) O Imposto de renda e a contribuição social pagos no montante de R\$ 30.400 na controladora e R\$ 60.796 no consolidado reclassificados da rubrica de impostos e contribuições no próprio fluxo das atividades operacionais.

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duraflora S.A., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Duratex Comercial Exportadora S.A. e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Europe NV., Duratex Belgium NV., TCI Trading S.A., e Deca Piazza S.A.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(b) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido, bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(c) Coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.12 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o conhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com

fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.

- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações,

são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira;

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o

valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes Acumulado de Conversão”, o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em “Outros Resultados Operacionais, Líquidos”.

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na

capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem: ágio (*goodwill*), carteira de clientes, marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida ou em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar a necessidade de registro de perdas (*impairment*).

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizados durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam um certo período para ficar pronto, menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 13. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneraram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos. O grupo não possui contratos de arrendamento financeiro.

2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas

demonstrações é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota nº 19d.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem varias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências e perdas por *impairment*.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 35.831, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 8.758 líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico, porém sem representatividade importante em relação ao patrimônio líquido.

c) Benefícios de planos de Previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para

diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com Derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

a - Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui seis contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 128,548 mil com diversos vencimentos até 21/12/2015, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b - Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui seis contratos com valor agregado de R\$ 186.225 sendo o último vencimento em 28/04/2015 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A controlada Duraflora S.A., possui dois contratos com valor agregado de R\$ 163.545 sendo o último vencimento em 11/12/2014 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual do CDI.

A Companhia e sua controlada contrataram essas operações com o objetivo de transformar uma dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c - Contrato de NDF (Non Deliverable Forward)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 12,000 mil com vencimento em 31/01/2013 e posição comprada em dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

d - Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito Acumulado (período atual)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	258.711	41.587	264.340	43.732	3.714	-
Taxa Pré-Fixada	349.770	628.898	411.218	718.184	20.674	-
Posição Passiva						
CDI	(608.481)	(670.485)	(651.169)	(745.817)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Compra						
Moeda Estrangeira (USD)	24.373	33.541	(70)	(131)	-	(70)

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações financeiras.

e - Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/ Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	14.391	5.248	(4.011)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas pré-fixadas		(14.391)	(5.248)	4.011
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res.2770 e Res 4131)	Queda US\$	(4.028)	(82.837)	(161.645)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$) (aumento US\$)		4.028	82.837	161.645
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	209	(5.971)	(12.150)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$) (aumento US\$)		(209)	5.971	12.150
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida ou o valor do serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2014 e 2015	2016 a 2020	2021 em diante	Menos de 1 ano	2014 e 2015	2016 a 2020	2021 em diante
31/12/2012								
Empréstimos / Debêntures:	566.143	1.100.012	377.380	6.340	681.774	1.282.790	430.431	6.792
Fornecedores	206.480	-	-	-	211.829	-	-	-
Total	772.623	1.100.012	377.380	6.340	893.603	1.282.790	430.431	6.792

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A - Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.049.875	1.623.720	2.401.787	1.915.490
de curto prazo	566.143	527.664	681.774	687.902
de longo prazo	1.483.732	1.096.056	1.720.013	1.227.588
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa	617.307	376.071	1.032.077	726.159
C = (A-B) Dívida líquida	1.432.568	1.247.649	1.369.710	1.189.331
D - Patrimônio líquido	4.019.981	3.689.209	4.023.605	3.692.810
C/D = Índice de alavancagem financeira	36%	34%	34%	32%

O incremento da alavancagem financeira ocorreu pela captação de recursos para investimentos, de acordo com a política de endividamento da Companhia.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros

pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Outros ativos e passivos financeiros		Ativos e Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVOS								
Caixa e equivalentes de caixa	1.032.077	726.159	-	-	-	-	1.032.077	726.159
Contas a receber de clientes	796.008	657.589	-	-	-	-	796.008	657.589
Opções de compra de ações (*)	-	-	-	-	2.498	-	2.498	-
Depósitos vinculados	25.717	21.067	-	-	-	-	25.717	21.067
Soma	1.853.802	1.404.815	-	-	2.498	-	1.856.300	1.404.815
PASSIVOS								
Empréstimos/debêntures	-	-	1.790.093	1.175.572	611.694	749.049	2.401.787	1.924.621
Fornecedores	-	-	211.829	159.262	-	-	211.829	159.262
Dividendos/JCP	-	-	91.248	60.356	-	-	91.248	60.356
Instrumentos financeiros derivativos (**)	-	-	-	-	(11.562)	(9.131)	(11.562)	(9.131)
Soma	-	-	2.093.170	1.395.190	600.132	739.918	2.693.302	2.135.108

(*) Valor lançado na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante.

(**) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	25.391	11.996	38.839	21.266
Aplicações em renda fixa	286	138	2.525	138
Certificados de depósitos bancários	591.630	363.937	990.713	704.755
TOTAL	617.307	376.071	1.032.077	726.159

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cientes no país	739.795	631.415	785.733	653.677
Cientes no exterior	42.094	36.075	39.127	32.418
<i>Impairment no contas a receber de clientes</i>	(28.168)	(27.928)	(28.852)	(28.506)
TOTAL	753.721	639.562	796.008	657.589

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	743.921	627.629	786.291	645.544
Vencidos até 30 dias	4.111	6.699	4.228	6.852
Vencidos de 31 a 60 dias	852	582	858	595
Vencidos de 61 a 90 dias	688	1.131	715	1.204
Vencidos de 91 a 180 dias	3.048	3.172	3.048	3.424
Vencidos a mais de 180 dias	29.269	28.277	29.720	28.476
TOTAL	781.889	667.490	824.860	686.095

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			dez/12	dez/11
A	acima de 05 anos	Pontual	57%	61%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	7%	8%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	33%	27%
D		Inadimplentes	3%	4%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	91.507	100.868	104.529	114.122
Matérias-primas	152.822	143.238	160.213	150.764
Produtos em elaboração	69.455	61.958	76.691	69.730
Almoxarifado geral	69.853	65.854	70.967	64.774
Adiantamentos a fornecedores	2.131	8.623	2.233	12.037
Total	385.768	380.541	414.633	411.427

Nota 8 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.692	28.470	22.877	36.787
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	29.566	44.300	31.381	46.889
PIS e COFINS a compensar	5.931	442	13.846	8.749
ICMS e IPI a recuperar	9.039	3.502	13.857	6.059
Outros	20	-	1.133	-
Total	59.248	76.714	83.094	98.484
Não Circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	44.054	27.536	45.462	29.763
Total	44.054	27.536	45.462	29.763

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12, 24 e 48 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	29.722	21.830	34.327	27.088
Prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição social		-		57
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	12.222	11.275	13.405	12.314
Provisões para perdas nos estoques	3.326	3.042	3.371	3.106
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.203	1.647	2.205	1.669
Provisão de comissões a pagar	1.777	1.514	1.777	1.514
Provisões diversas	10.194	4.352	13.569	8.428
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	21.466	24.145	29.328	35.400
Provisões de encargos trabalhistas diversos	9.929	8.653	10.886	9.506
Provisões fiscais	9.316	9.379	15.118	20.107
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.209	1.399	1.209	1.455
Provisão para perdas em investimentos	469	469	469	469
Provisões diversas	150	895	1.253	895
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	393	3.350	393	2.968
Total de ativos de impostos diferidos	51.188	45.975	63.655	62.488
Passivo não circulante				
I.Renda e C. social s/ Reserva de reavaliação	(32.685)	(35.317)	(61.510)	(65.237)
I.Renda e C. social s/ ajuste a valor presente de financiamento	(8.405)	(11.835)	(8.405)	(11.835)
I.Renda e C. social s/ resultado do SWAP (caixa x competência)	(3.583)	(2.167)	(4.337)	(2.325)
I.Renda e C. social s/ depreciação (crédito 25% da C. Social)	(3.272)	(4.185)	(11.885)	(13.826)
I.Renda e C. social s/ ágio rentabilidade futura	(8.936)	(4.302)	(4.199)	(4.302)
I.Renda e C. social s/ venda de imóvel	(6.303)	(9.029)	(8.369)	(11.762)
I.Renda de empresas sediadas no exterior (Deca Piazza)	-	-	(699)	(471)
I.Renda e C. social s/ outras obrigações tributárias	(69.585)	(49.235)	(69.620)	(51.454)
I.Renda e C. social s/ ajustes CPCs IFRS	(119.162)	(143.166)	(316.683)	(339.509)
Total de passivos de impostos diferidos	(251.931)	(259.236)	(485.707)	(500.721)

Nota 10 – Partes relacionadas**a) Saldos e operações com empresas controladas**

Descrição	Controladas diretas								Coligada Tablemac
	Duratex Coml.	Exportadora	Duraflora		Duratex Empreend.		Indústria Metalúrgica Jacareí		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Ativo									
Cientes	-	-	55	48	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	472	-	30.801	31.914	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	11	65	-	-	-	-	-
Empresas controladas	-	12	-	-	-	-	-	-	-
Passivo									
Fornecedores	-	2	21.620	16.457	-	-	-	-	-
Empresas controladas	-	-	5	95	-	-	-	-	-
Resultado									
Vendas	-	-	20	12	-	-	-	-	1.899
Compras	-	-	(265.299)	(236.680)	-	-	(1.362)	-	-
Financeiro	-	1	2	(80)	-	8	3	-	-
Outros	-	-	35	(43)	-	-	-	-	-

Descrição	Controladas indiretas							
	TCI Trading		Duratex N. America		Duratex Europe		Deca Piazza	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo								
Cientes	-	-	8.863	8.751	-	46	6.788	5.873
Contas a receber	9	1	-	-	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	1.010	6.151	-	-	-	-	-	1
Resultado								
Vendas	-	-	27.637	20.482	-	7.814	3.508	3.670
Compras	(80.755)	(111.953)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	-	633	683	-	217	635	586

b) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Maqs. & Fer. Ltda		Leroy Merlin Cia Bras Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz S.A.	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo								
Cientes	16.610	16.551	30130	24.176	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	-	1	-	-	-	-	-	564
Resultado								
Vendas	91.520	83.875	92.043	76.888	-	-	-	394
Compras	-	(72)	-	-	-	-	(25.550)	(22.103)
Custos com arrendamentos (*)	-	-	-	-	(13.446)	(13.308)	-	-

(*) Os custos com arrendamento referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duraflora S.A com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativo a terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.161 e são reconhecidos de forma linear ao longo do contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e será reajustado anualmente pela variação do preço médio praticado pela Companhia na venda de painéis de MDP.

DESCRIÇÃO	Itautec S.A.		Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaúsa Investimentos S.A.		Banco Itaú S.A.		Itaú Seguros	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo										
Aplicações financeiras		-		-		-	532.725	251.825		-
Clientes	3	64		-		-	114	-		-
Contas a receber		-		-		-		-		-
Passivo										
Fornecedores		29		-		-		-		-
Resultado										
Vendas	75	66		-		-	350	-	177	-
Despesas de aluguel		-		-	(2.525)	(1.174)	-	(186)		(937)
Despesas de seguros		-		-		-		-		(3.187)
Rendimentos de aplicações		-		-		-	27.063	15.511		-
Despesas financeiras		-		-		-		(511)		-
Outros resultados	(2.917)	(4.280)	(2.505)	(2.399)		-		-		-

As transações com partes relacionadas normais, no curso dos negócios da Companhia, são realizadas em condições de mercado.

As aplicações financeiras no Banco Itaú S.A. são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro e dentro dos limites estabelecidos pela administração da Companhia. Os valores apresentados como receitas financeiras referem-se à remuneração das aplicações financeiras e as despesas financeiras referem-se a despesas com cobrança de títulos.

c) Remuneração da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 12.837 como honorários (R\$ 13.581 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 15.645 como participações (R\$ 10.397 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 5.694 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 3.184 em 31 de dezembro de 2011).

Nota 11 – Investimentos em controladas e coligada

a) Movimentação dos investimentos

	Controladas diretas								
	Duratex Coml. Exp.	Duraflora	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	DRI - Res. Industriais	Deca Nordeste	Duratex Europe	Ind. Met. Jacarei	Total
Acções/ quotas possuídas (Mil)									
Ordinárias	6	182	-	-	-	-	-	-	
Preferenciais	10	52	-	-	-	-	-	-	
Quotas	-	-	12	2.874	-	-	-	-	
Participação	100,00	100,00	99,99	100,00	-	-	-	-	
Capital social	190.200	700.006	12	2.874	-	-	196.812	-	
Patrimônio líquido	209.159	1.334.301	5.398	6.470	-	-	194.179	-	
Lucro / (prejuízo) do exercício	1.988	127.385	131	391	-	-	(8.432)	-	
Movimentação dos investimentos									
Em 31 de dezembro de 2010	33.748	1.226.383	5.824	5.428	78.720	-	-	-	1.350.103
Aquisição de 500 ações da DRI Resinas	-	-	-	-	205	-	-	-	205
Aquisição da Deca Nordeste	-	-	-	-	-	80.000	-	-	80.000
Aquisição de 1 ação Duratex Europe	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Amortização de ágio	-	(65)	-	-	-	(1.290)	-	-	(1.355)
Resultado de Equivalência	(3.068)	131.161	(557)	650	1.199	4.995	-	-	134.380
Variação cambial sobre patrimônio líquido	4.682	-	-	-	-	-	-	-	4.682
Dividendos	-	(31.914)	-	-	-	-	(2)	-	(31.916)
Incorporação de controlada em 30.04.2011	-	-	-	-	(80.124)	-	-	-	(80.124)
Incorporação de controlada em 29.07.2011	-	-	-	-	-	(29.511)	-	-	(29.511)
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	-	(54.194)	-	-	(54.194)
Eliminação do RNR da controladora	1.460	-	-	-	-	-	-	-	1.460
Em 31 de dezembro de 2011	36.822	1.325.565	5.267	6.078	-	-	7	-	1.373.739
Amortização de ágio	-	(67)	-	-	-	-	-	(2.894)	(2.961)
Resultado de Equivalência	1.988	127.385	130	391	-	-	(7)	403	130.290
Aquisição da Indústria Metalúrgica Jacarei	-	-	-	-	-	-	-	46.343	46.343
Variação do RNR	820	-	-	-	-	-	-	-	820
Aumento de capital	47.000	-	-	-	-	-	-	-	47.000
Variação cambial sobre patrimônio líquido	4.802	-	-	-	-	-	-	-	4.802
Dividendos	(472)	(123.344)	-	-	-	-	-	-	(123.816)
Incorporação de controlada em 28.12.2012	-	-	-	-	-	-	-	(13.026)	(13.026)
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	-	-	-	(16.174)	(16.174)
Reclassificação do ágio para imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(14.652)	(14.652)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	118.200	-	-	-	-	-	-	-	118.200
Em 31 de dezembro de 2012	209.160	1.329.539	5.397	6.469	-	-	-	-	1.550.565

	Controladas indiretas						Coligada
	Deca Piazza	North America	Duratex Europe	Duratex Belgium	TCI Trading	Jacarandá Mimoso	
Acções/ quotas possuídas (Mil)							
Ordinárias	32.545	500	19	1.880	6.069	-	12.529.839
Preferenciais	-	-	-	-	6.069	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-
Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	82,00	-	37,00
Capital social	15.272	885	196.812	46.762	17.634	-	54.332
Patrimônio líquido	6.144	6.737	194.179	47.903	20.135	-	320.147
Lucro / (prejuízo) do exercício	(6.599)	379	(8.432)	(2.218)	2.530	-	4.746 (*)
Movimentação dos investimentos							
Em 31 de dezembro de 2010	5.014	7.451	22.159	-	3.102	90.229	-
Aquisição de 1 ação Duratex Europe	-	-	(9)	-	-	-	-
Resultado de Equivalência	(1.617)	188	(1.682)	-	3.137	99	-
Aumento de capital	2.461	-	-	-	12.000	4.500	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	275	800	2.990	-	-	-	-
Dividendos	-	(2.640)	(5.983)	-	(1.832)	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	6.133	5.799	17.475	-	16.407	94.828	-
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	1.078
Resultado de Equivalência	(6.599)	379	(8.432)	(2.218)	2.296	(5)	2.024
Aquisição de ações Tablemac	-	-	-	-	-	-	119.541
Goodwill - Tablemac	-	-	-	-	-	-	44.478
Constituição da investida	-	-	-	155	-	-	-
Aumento de capital	6.888	-	176.908	47.300	-	-	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(278)	559	8.221	2.666	-	-	6.583
Dividendos	-	-	-	-	(2.193)	-	-
Incorporação de controlada em 30.04.2012	-	-	-	-	-	(94.823)	-
Variação do % de participação	-	-	7	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	6.144	6.737	194.179	47.903	16.510	-	173.704

(*) Resultado da coligada após aquisição

b) Aquisição de participação relevante

Em agosto de 2012 a Duratex S.A, por meio de suas subsidiárias indiretas Duratex Europe NV., e Duratex Belgium NV., efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A. empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada, por meio de uma emissão primária de ações. Esse evento representou um aporte de R\$ 116,1 milhões na empresa colombiana, equivalente a R\$ 116,6 em 31 de julho, sendo R\$ 107,4 relativos à participação adquirida e R\$ 9,2 relativo à compra de opção de subscrição de 15% adicionais de ações da Tablemac, opção essa que possui um prazo de dois anos (registrada na rubrica outras contas a receber no ativo não circulante). Esta operação se enquadra nas regras do CPC 18 R1 –“Investimento em coligada e em controlada” aprovada pela Deliberação CVM nº 688 de 4 de outubro de 2012. Dessa forma, a companhia apurou o valor justo da sua participação sobre os ativos e passivos registrados ou não contabilmente pela Tablemac, apurando ágio no valor de R\$ 27.510.

Adicionalmente à aquisição acima, a Duratex por meio de OPA – Oferta pública de aquisição de ações no mercado colombiano, adquiriu participação adicional de 12% no capital da Tablemac S.A., atingindo 37% no capital total dessa companhia. O valor deste investimento foi de aproximadamente R\$ 54 milhões.

Os detalhes dos valores justos adquiridos e o ágio são como seguem:

Valores justos dos ativos e passivos da Tablemac S.A.

	Primeira aquisição	Segunda aquisição
Ativos	530.638	447.226
Caixa e equivalentes de caixa	116.943	36.420
Contas a receber de clientes	25.829	22.584
Estoques	30.646	34.183
Impostos e contribuições a recuperar	2.834	6.972
Demais créditos	-	1.498
Imobilizado	305.670	295.373
Ativos biológicos	12.058	12.387
Relação contratual com o cliente	36.658	37.809
Passivos	211.211	136.745
Fornecedores	15.620	12.893
Empréstimos e financiamentos	132.922	71.912
Obrigação com pessoal	1.474	1.805
Contas a pagar	33.522	25.780
Impostos e contribuições	3.759	7.366
Contingências	7.357	4.138
I. renda e contribuição social diferidos	16.557	12.851
Total dos ativos líquidos	319.427	310.480
Percentual adquirido =	25%	12%
Goodwill	27.510	16.968
Valor pago na aquisição	107.367	54.226

c) Aquisição e incorporação de subsidiária**c1) Aquisição**

Em 2 de outubro de 2012, a Duratex S.A. adquiriu a totalidade das quotas sociais da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.-MIPEL, pelo valor de R\$ 46.343 milhões. Essa operação se enquadra nas regras do CPC 15 – “Combinação de negócios” aprovada pela Deliberação CVM nº 580 de 31 de julho de 2009. Dessa forma os ativos e passivos registrados foram avaliados aos seus respectivos valores justos.

Os detalhes dos valores em livros e valores justos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Ativos	47.245	15.934
Caixa e equivalentes de caixa	75	75
Contas a receber de clientes	2.444	2.466
Estoques	9.451	7.404
Impostos a recuperar	624	624
Demais créditos	84	84
Imobilizado	19.610	4.454
Intangível	827	827
Relação contratual com o cliente	13.000	
Marcas	1.130	
Passivos	3.304	3.311
Fornecedores	1.417	1.424
Obrigações com pessoal	1.355	1.355
Contas a pagar	1	1
Obrigações fiscais	234	234
Adiantamento de clientes	297	297
Total dos ativos líquidos	43.941	12.623
Ágio	2.402	
Valor pago na aquisição	46.343	

c2) Incorporação de subsidiária

Em 28 de dezembro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela Duratex S.A. da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. - Mipel, , visando a otimização de seus processos de produção. Os principais ativos e passivos da empresa incorporada estão assim representados:

Balanço Patrimonial de Incorporação de 28 de dezembro de 2012
Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.

Ativo	
Circulante	12.037
Caixa e equivalentes de caixa	359
Contas a receber de clientes	4.183
Estoques	7.107
Impostos e contribuições a recuperar	314
Demais créditos	74
Não circulante	33.629
Outros créditos	13
Imobilizado	19.844
Relação contratual com cliente	12.783
Marca	989
Total do ativo	45.666
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	3.861
Fornecedores	2.131
Obrigação com o pessoal	1.100
Contas a pagar	319
Impostos e contribuições	311
Não circulante	355
Partes relacionadas	355
Patrimônio líquido	41.450
Total do passivo e patrimônio líquido	45.666

Nota 12 – Imobilizado

CONTROLADORA	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2011								
Custo	88.724	562.868	2.292.481	140.599	22.663	18.381	70.822	3.196.538
Depreciação acumulada	-	(203.847)	(865.554)	-	(16.693)	(14.230)	(56.280)	(1.156.604)
Saldo contábil, líquido	88.724	359.021	1.426.927	140.599	5.970	4.151	14.542	2.039.934
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	88.724	359.021	1.426.927	140.599	5.970	4.151	14.542	2.039.934
Aquisições	1.800	1.233	66.263	334.703	1.578	6.018	4.642	416.237
Baixas	(7.456)	(6.554)	(1.120)	(12.659)	(67)	(110)	15.581	(12.385)
Depreciações	-	(21.505)	(154.466)	-	(1.287)	(2.460)	(6.978)	(186.696)
Transferências	(448)	18.788	156.097	(176.769)	2.110	(191)	413	-
Incorporação Deca Nordeste e DRI Resinas	4.010	27.691	69.541	9.371	197	438	1.422	112.670
Saldo contábil, líquido	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Saldo em 31/12/2011								
Custo	86.630	604.026	2.583.262	295.245	26.481	24.536	92.880	3.713.060
Depreciação acumulada	-	(225.352)	(1.020.020)	-	(17.980)	(16.690)	(63.258)	(1.343.300)
Saldo contábil, líquido	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Aquisições	220	619	69.141	432.402	1.562	596	6.809	511.349
Baixas	-	(208)	(15.101)	12.406	(91)	(1.042)	(761)	(4.797)
Depreciações	-	(22.168)	(168.977)	-	(1.430)	(1.998)	(7.175)	(201.748)
Transferências	-	19.891	60.860	(81.281)	418	(1.929)	2.041	-
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	3.836	3.604	9.852	167	323	21	1.738	19.541
Saldo contábil, líquido	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Saldo em 31/12/2012								
Custo	90.686	627.932	2.708.014	658.939	28.693	22.182	102.707	4.239.153
Depreciação acumulada	-	(247.520)	(1.188.997)	-	(19.410)	(18.688)	(70.433)	(1.545.048)
Saldo contábil, líquido	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105

CONSOLIDADO	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2011								
Custo	602.216	594.678	2.314.754	165.742	31.397	42.421	73.749	3.824.957
Depreciação acumulada	-	(216.407)	(802.454)	-	(23.573)	(24.972)	(58.768)	(1.126.174)
Saldo contábil, líquido	602.216	378.271	1.512.300	165.742	7.824	17.449	14.981	2.698.783
Em 31/12/2011								
Saldo inicial	602.216	378.271	1.512.300	165.742	7.824	17.449	14.981	2.698.783
Aquisições	8.234	1.867	76.800	341.656	2.020	9.327	5.422	445.326
Baixas	(10.515)	(6.626)	(1.168)	(12.659)	(70)	(993)	15.616	(16.415)
Depreciações	-	(22.684)	(165.265)	-	(1.462)	(7.190)	(7.135)	(203.736)
Transferências	452	20.938	160.237	(199.200)	1.002	96	2.637	(13.838)
Incorporação Deca Nordeste e DRI Resinas	3.959	17.380	8.114	4	47	133	78	29.715
Saldo contábil, líquido	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Saldo em 31/12/2011								
Custo	604.346	628.237	2.558.737	295.543	34.396	50.984	97.502	4.269.745
Depreciação acumulada	-	(239.091)	(967.719)	-	(25.035)	(32.162)	(65.903)	(1.329.910)
Saldo contábil, líquido	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Aquisições	1.919	1.745	77.181	434.133	1.829	1.068	8.124	525.999
Baixas	(2.407)	(301)	(15.466)	12.403	(111)	(2.334)	(765)	(8.981)
Depreciações	-	(22.737)	(177.146)	-	(1.593)	(5.361)	(7.475)	(214.312)
Transferências	-	21.317	60.972	(82.081)	418	(2.160)	1.534	-
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	3.773	2.538	6.896	-	225	20	1.090	14.542
Saldo contábil, líquido	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Saldo em 31/12/2012								
Custo	607.631	653.536	2.688.320	659.998	36.757	47.578	107.485	4.801.305
Depreciação acumulada	-	(261.828)	(1.144.865)	-	(26.628)	(37.523)	(73.378)	(1.544.222)
Saldo contábil, líquido	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente à expansão das plantas de Itapetininga-SP e Queimados-RJ.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem contratos firmados para expansão das plantas de Itapetininga-SP e Queimados-RJ e aquisição de diversos equipamentos e serviços que totalizam aproximadamente R\$ 280,5 milhões.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 – “Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, em 2012 a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos para o cálculo da depreciação.

Taxas anuais de depreciação

Construções e benfeitorias	4,00%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,70%
Móveis e utensílios	10,00%
Veículos	10% a 20%
Outros ativos	10% a 20%

Nota 13 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém, através de sua subsidiária integral Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a Duraflora S.A possuía aproximadamente 140 mil hectares em áreas de efetivo plantio (138 mil hectares em 31 de dezembro de 2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo de formação dos ativos biológicos	545.248	518.927
Diferencial entre custo e valor justo	557.089	575.293
<u>Valor justo dos ativos biológicos</u>	<u>1.102.337</u>	<u>1.094.220</u>

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	1.094.220	1.030.717
Variação do valor justo		
Preço volume	144.574	154.009
Exaustão	(162.778)	(137.898)
Variação do valor histórico		
Formação	114.811	97.455
Exaustão	(88.490)	(57.197)
Aquisições	-	7.134
Saldo final	1.102.337	1.094.220
Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico		
Variação do valor justo	144.574	154.009
Exaustão do valor justo	(162.778)	(137.898)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da Companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Nota 14 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2011					
Custo	40.774	2.456	209.727	329.000	581.957
Amortização acumulada	(12.794)	-	-	(29.244)	(42.038)
Saldo contábil, líquido	27.980	2.456	209.727	299.756	539.919
Em 31/12/2011					
Saldo inicial	27.980	2.456	209.727	299.756	539.919
Adições	2.952	197	-	-	3.149
Baixas	(156)	-	-	-	(156)
Amortizações	(6.747)	-	-	(24.672)	(31.419)
Incorporação Deca Nordeste	2	-	17.092	55.000	72.094
IR e CS s/ carteira de cliente- Deca Nord.	-	-	-	(18.700)	(18.700)
IR e CS transf. p/ passivo na Incorporação Deca Nord.	-	-	-	18.078	18.078
Saldo contábil, líquido	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Saldo em 31/12/2011					
Custo	43.572	2.653	226.819	383.378	656.422
Amortização acumulada	(19.541)	-	-	(53.916)	(73.457)
Saldo contábil, líquido	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Em 31/12/2012					
Saldo inicial	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Adições	2.729	243	-	-	2.972
Amortizações	(6.743)	-	-	(25.601)	(32.344)
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	303	989	2.402	12.783	16.477
Saldo contábil, líquido	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Saldo em 31/12/2012					
Custo	46.604	3.885	229.221	396.161	675.871
Amortização acumulada	(26.284)	-	-	(79.517)	(105.801)
Saldo contábil, líquido	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2011					
Custo	41.044	2.459	209.727	329.000	582.230
Amortização acumulada	(12.994)	-	-	(29.244)	(42.238)
Saldo contábil, líquido	28.050	2.459	209.727	299.756	539.992
Em 31/12/2011					
Saldo inicial	28.050	2.459	209.727	299.756	539.992
Adições	3.097	202	-	-	3.299
Baixas	(160)	-	-	-	(160)
Amortizações	(6.775)	-	-	(24.672)	(31.447)
Aquisição da Louças Elizabeth	-	-	17.092	55.000	72.092
IR e cs s/ carteira de cliente - Deca Nordeste	-	-	-	(18.700)	(18.700)
IR e cs transf. p/ passivo na incorporação Deca Nordeste	-	-	-	18.078	18.078
Saldo contábil, líquido	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Saldo em 31/12/2011					
Custo	43.981	2.661	226.819	383.378	656.839
Amortização acumulada	(19.769)	-	-	(53.916)	(73.685)
Saldo contábil, líquido	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Em 31/12/2012					
Saldo inicial	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Adições	3.098	245	-	-	3.343
Baixas	(111)	-	-	-	(111)
Amortizações	(6.807)	-	-	(25.601)	(32.408)
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	303	989	2.402	12.783	16.477
Saldo contábil, líquido	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Saldo em 31/12/2012					
Custo	47.271	3.895	229.221	396.161	676.548
Amortização acumulada	(26.576)	-	-	(79.517)	(106.093)
Saldo contábil, líquido	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	

Foi efetuado pela Administração da Companhia o teste de recuperabilidade (*impairment*) de valor dos ágios, considerando a unidade geradora de caixa do ativo intangível. Neste teste foram consideradas projeções de fluxos de caixa descontado de longo prazo e taxa de desconto nominal de 14,2%, não havendo necessidade de *impairment*, uma vez que os valores são recuperáveis.

Nota 15 – Empréstimos e financiamentos

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2012		31/12/2011	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - controladora							
BNDES	TJLP + 2,3% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa	60.045	204.458	57.320	263.579
BNDES	TJLP + 2,7% a.a	Mensal	Fiança - Ligna	31.606	55.369	29.765	86.106
BNDES	TJLP + 3,3% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - 30% Pessoa Física	19.790	143.652	557	5.018
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	-	-	-	-	1.206	5.425
BNDES REVITALIZA	9 % a.a.	Junho 2013	Fiança Duratex Coml. Exp. S.A.	50.168	-	180	50.000
BNDES REVITALIZA	8 % a.a.	Agosto 2014	-	483	49.974	-	-
BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85% a.a	Dezembro 2015	Nota Promissoria	56	50.000	-	-
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./ Pré 5,8 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e NP	999	13.583	565	55.788
CREDITO INDUSTRIAL com Swap	12,7 % a.a	Até Abril 2015	Aval - Duratex Coml. Exp. S.A.	110.464	54.706	343.711	150.378
CREDITO INDUSTRIAL	101,3 % CDI	Até Novembro 2015	Aval - Duratex Coml. Exp. S.A.	54.946	384.044	-	158.508
CREDITO BANCARIO	105% CDI	Até Outubro 2012	-	-	-	5.644	-
FLOATING RATE NOTE	109,3% CDI	Até Maio 2013	-	140.840	-	9.119	135.000
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Ligna	4.048	135.801	13.919	125.912
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a	Até Novembro 2025	Aval - 70% Itaúsa - 30% Pessoa Física	-	9.793	-	4.023
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a / IPCA + 6% a.a	Até Janeiro 2018	Fiança - Ligna e Hipoteca de bens	13.518	21.415	21.047	24.476
DESCONTO NPR	5,5 % a.a.	Até Abril 2013	-	24.893	-	15.219	-
Total em Moeda Nacional - controladora				511.856	1.122.795	498.252	1.014.213
Em Moeda Estrangeira - controladora							
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa	5.917	22.342	5.470	25.915
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4 % a.a	Mensal	Fiança - Ligna	4.066	7.776	3.761	10.889
BNDES	US\$ + 1,6 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa	1.037	3.679	955	4.320
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - 30% Pessoa Física	307	1.086	181	820
RESOLUÇÃO 2770	US\$ + 6,6% a.a.	Até Setembro 2012	-	-	-	15.320	-
RESOLUÇÃO 2770 com Swap	US\$ + Libor + 1,7% a.a.	Até Abril 2014	Aval - Ligna, Hip. e Alienação Fiduciária	2.894	1.965	2.700	5.577
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 1,9% a.a.	Março 2013	Aval - Duraflora S/A	33.821	-	234	34.322
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2015	Nota Promissoria	308	103.194	-	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,3% a.a.	Dezembro 2015	Nota Promissoria	55	118.093	-	-
Financiamento de Importação	US\$ +Libor + 0,5% a.a	Até Março 2012	Pessoa Física	-	-	689	-
Financiamento de Importação	US\$ + Libor + 0,9% a.a	Até Fevereiro 2012	Aval - Ligna e Caução de títulos	-	-	102	-
Total em Moeda Estrangeira - controladora				48.405	258.135	29.412	81.843
TOTAL DA CONTROLADORA				560.261	1.380.930	527.664	1.096.056
Em Moeda Nacional - controladas							
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	9,6 % a.a.	Dezembro 2014	Aval - Duratex	111.159	63.473	100.484	102.512
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	105,3% CDI	Junho 2015	Aval - Duratex	-	114.977	57.912	-
BNDES	TJLP + 3 % a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - 30% Pessoa Física	2.761	56.701	992	27.632
FINAME	Pré 7,4 % a.a	Mensal	Alienação Fiduciária e NP	263	1.130	264	1.388
FUNDAP	1 % a.a.	Mensal	Aval - Duratex Coml. Exp. S.A.	65	-	586	-
Total em Moeda Nacional - controladas				114.248	236.281	160.238	131.532
Em Moeda Estrangeira - controladas							
Capital de giro -Argentina(HSBC/Bco Patagonia)	-	-	-	1.383	-	-	-
TOTAL DAS CONTROLADAS				115.631	236.281	160.238	131.532
TOTAL CONSOLIDADO				675.892	1.617.211	687.902	1.227.588

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 419.717 (R\$ 364.278 em 31 de dezembro de 2011), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 243.525 (R\$ 324.254 em 31 de dezembro de 2011), pela Duratex Comercial Exportadora S.A., no montante de R\$ 654.328 (R\$ 717.996 em 31 de dezembro de 2011) e pela Duraflora S.A. no montante de R\$ 33.821 (R\$ 34.556 em 31 de dezembro de 2011). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 41.623 (R\$ 20.036 em 31 de dezembro de 2011), pela Duratex S.A no montante de R\$ 289.609 (R\$ 260.908 em 31 de dezembro de 2011) e pela Duratex Comercial Exportadora S.A. no montante de R\$ 65 (R\$ 586 em 31 de dezembro de 2011).

Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

a) Fábricas de MDP de Taquari e de MDF de Uberaba – apresentar licenças de operação, adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, medidas quanto à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDP de Taquari a manutenção de “covenants” está baseada no balanço consolidado da Companhia Ligna de Investimentos, que deverá manter: exigível sobre o

passivo menor que 60% e margem EBITDA maior que 13%. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “covenants” esta baseada no balanço da Duratex S.A., devendo manter limite de cobertura da dívida através da relação da dívida bancária líquida/EBITDA (*) não superior a 3,5 e a relação da dívida bruta/dívida bruta mais patrimônio líquido não seja superior a 0,75.

b) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manter, durante a vigência do contrato, os índices em balanço anual auditado da Duratex S.A: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0 (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20: e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A deverá oferecer garantias adicionais.

As obrigações contratuais relativas ao ano de 2012 foram cumpridas.

(*)EBITDA (“earning before interest, taxes, depreciation and amortization”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) foram designados ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito na nota 2.7.

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2012						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2014	485.005	13.126	498.131	613.649	13.126	626.775
2015	367.033	234.848	601.881	421.167	234.848	656.015
2016	119.649	8.797	128.446	121.813	8.797	130.610
2017	56.632	1.364	57.996	58.002	1.364	59.366
2018	42.385	-	42.385	57.296	-	57.296
2019	23.600	-	23.600	48.085	-	48.085
2020	22.151	-	22.151	32.272	-	32.272
2021	2.424	-	2.424	2.876	-	2.876
Demais	3.916	-	3.916	3.916	-	3.916
Total	1.122.795	258.135	1.380.930	1.359.076	258.135	1.617.211

31/12/2011						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2013	357.446	47.130	404.576	461.637	47.130	508.767
2014	311.166	13.129	324.295	312.844	13.129	325.973
2015	171.409	12.389	183.798	173.088	12.389	185.477
2016	85.186	7.999	93.185	86.864	7.999	94.863
2017	28.294	1.196	29.490	29.381	1.196	30.577
2018	23.803	-	23.803	30.939	-	30.939
2019	17.482	-	17.482	28.044	-	28.044
2020	17.722	-	17.722	21.243	-	21.243
Demais	1.705	-	1.705	1.705	-	1.705
Total	1.014.213	81.843	1.096.056	1.145.745	81.843	1.227.588

Nota 16 – Debêntures conversíveis em ações

Em 8 de fevereiro de 2012 foi aprovada a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, cujos recursos foram destinados para:

- (i) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga - SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão, e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- (ii) Aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso anterior.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Saldo em 31.12.2012		
								Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1ª emissão	15/01/2012	privada conversíveis em ações	15/01/2017	777.000	128,70	99.999,9	IPCA +juros de 6%a.a base 252 dias úteis, pagos anualmente no dia 15 de janeiro de cada ano.	5.882	102.802	108.684

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Nota 17 – Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2010	68.586	13.827	4.936	87.349	Saldo em 31.12.2010	129.013	17.114	4.936	151.063
Atualização monetária e juros	3.426	2.406	2.324	8.156	Atualização monetária e juros	6.460	2.792	2.324	11.576
Constituição	4.427	6.577	-	11.004	Constituição	4.789	7.244	-	12.033
Reversão	(10.158)	(32)	(210)	(10.400)	Reversão	(10.539)	(37)	(210)	(10.786)
Pagamentos	-	(4.378)	-	(4.378)	Pagamentos	(2.416)	(5.906)	-	(8.322)
Saldo final em 31.12.2011	66.281	18.400	7.050	91.731	Saldo final em 31.12.2011	127.307	21.207	7.050	155.564
Depósitos Judiciais	(1.805)	(1.897)	(4.746)	(8.448)	Depósitos Judiciais	(13.211)	(2.170)	(4.746)	(20.127)
Saldo em 31.12.2011 após compensação dos depósitos judiciais	64.476	16.503	2.304	83.283	Saldo em 31.12.2011 após compensação dos depósitos judiciais	114.096	19.037	2.304	135.437

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	66.281	18.400	7.050	91.731	Saldo em 31.12.2011	127.307	21.207	7.050	155.564
Atualização monetária e juros	2.693	3.096	288	6.077	Atualização monetária e juros	5.873	3.479	288	9.640
Constituição	11.665	17.553	423	29.641	Constituição	15.889	18.985	423	35.297
Reversão	(13.650)	-	-	(13.650)	Reversão	(34.994)	-	-	(34.994)
Pagamentos	(1.101)	(10.671)	(6.937)	(18.709)	Pagamentos	(1.101)	(12.180)	(6.937)	(20.218)
Saldo final em 31.12.2012	65.888	28.378	824	95.090	Saldo final em 31.12.2012	112.974	31.491	824	145.289
Depósitos Judiciais	(2.152)	(3.618)	(551)	(6.321)	Depósitos Judiciais	(15.433)	(3.861)	(551)	(19.845)
Saldo em 31.12.2012 após compensação dos depósitos judiciais	63.736	24.760	273	88.769	Saldo em 31.12.2012 após compensação dos depósitos judiciais	97.541	27.630	273	125.444

a) Redução da provisão de contingências

A redução da provisão de contingências, ocorreu em função de:

(i) Obtenção de decisões favoráveis definitivas no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, relativa a PIS – Semestralidade no montante de R\$ 20.952. Foram mantidos os provisionamentos das parcelas dos valores relativos à interpretação quanto a atualização do crédito;

(ii) Revisão nos prognósticos de certas contingências, considerando recentes decisões judiciais emitidas por tribunais superiores em processos semelhantes. Com consequência, houve a reversão do montante de R\$ 10.028 relativos a processo para os quais não há mais expectativa de perda e R\$ 4.014 relativos à reversão por decadência e outras baixas.

b) Plano Verão

Refere-se à medida judicial com vistas a obter o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28%, evitando assim as distorções que o não reconhecimento da inflação efetiva causa no balanço patrimonial da Companhia e, desta forma, na tributação do resultado. Foi obtida sentença reconhecendo o direito de corrigir o balanço patrimonial de acordo com o índice de 42,72% o que foi efetuado nos anos de 1994 a 1996. Embora a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF tenha sido contrária à sentença, a Companhia obteve, através de Ação Cautelar, efeitos suspensivos por meio dos seus recursos no Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça -STJ, mantendo-se, pois, os efeitos da sentença. Em 31 de dezembro de 2012, mantém uma provisão de R\$ 51.485 (R\$ 50.340 em 31 de dezembro de 2011) decorrente de compensações efetuadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

c) Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária cujo valor totaliza R\$ 81.633, sendo R\$ 53.969 relativamente a questão de incidência e crédito de ICMS que por apresentarem probabilidade apenas possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída.

d) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2012	31/12/2011
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	104.201	96.365
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	10.254	58.160 (*)
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	10.783	9.973
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	5.444	8.044
COFINS depósito judicial	3.408	3.229
PIS bases de cálculo	2.125	2.401
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.486	1.928
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	1.952	2.253
Outros	1.128	1.306
Total	140.781	183.659

(*) Em 2012 foi recebido o valor de R\$ 11.971, mantendo a expectativa de recebimento de R\$ 10.254 e o valor restante reclassificado como possível.

Nota 18 – Arrendamento rural**Valores envolvidos**

Refere-se a contrato de arrendamento rural firmado pela sua controlada Duraflora S.A. com a Ligna Florestal Ltda. (Controlada pela Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em que estão localizadas as florestas. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.161. Tal contrato possui vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e será reajustado anualmente pela variação do preço médio praticado pela Companhia na venda de painéis de MDP.

Os pagamentos mínimos futuros são os seguintes:

Linearização

2013	13.932
2014 a 2018	69.660
2019 em diante	244.971
Total	328.563

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duraflora S.A. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 19 – Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.550.246 representado por 550.054.041 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Durante o ano de 2012 o capital social foi modificado mediante emissão de ações ordinárias subscritas e integralizadas por debenturistas conforme quadro a seguir:

Valor anterior	Qtd. anterior	Ato Societário	Ações emitidas	Valor do aumento	Qtd atual	Valor atual
1.550.000	550.035.331	RCA - 12/06/2012	2.600	34	550.037.931	1.550.034
1.550.034	550.037.931	RCA - 17/07/2012	15.590	206	550.053.521	1.550.240
1.550.240	550.053.521	RCA - 11/10/2012	20	1	550.053.541	1.550.241
1.550.241	550.053.541	RCA - 26/10/2012	500	5	550.054.041	1.550.246

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2011	1.889.486	23.032
Baixas no exercício	(1.060.809)	(12.931)
Saldo em 31.12.2012	828.677	10.101

Preço das Ações

Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	14,85	12,19	14,85

Baseado na última cotação de mercado em 28 de dezembro de 2012, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 12.306 (R\$ 16.854 em 31 de dezembro de 2011).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de Capital	314.984	307.932
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	77.089	69.857
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 26)	(12.956)	(12.776)
Reservas de Reavaliação	83.332	89.721
Reservas de Lucros	1.665.920	1.355.588
Legal	119.016	96.053
Estatutária	1.524.389	1.251.785
Dividendo adicional proposto	4.863	-
Incentivos fiscais	17.652	7.750
Ações em tesouraria	(10.101)	(23.032)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	423.423	416.823

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

Por proposta a ser efetuada pelo Conselho de Administração, o excesso de reservas de lucros em relação ao capital social será capitalizado em 2013.

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 10.730 (R\$ 5.567 em 2011) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 3.361 (R\$ 948 em 2011) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba e R\$ 3.561 (R\$ 1.235 em 2011) da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2012 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	459.256
(-) Reserva legal	(22.963)
(-) Incentivos fiscais	(9.902)
(-) Realização de reserva de reavaliação	6.389
Lucro líquido ajustado	432.780
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	129.834

Dividendos declarados no exercício	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
O Conselho de Administração em reunião realizada em 26.07.2012, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2012, no valor de R\$ 0,113163373 por ação que totaliza R\$ 62.032 cujo pagamento foi efetuado em 15.08.2012.	62.032	(9.305)	52.727
O Conselho de Administração em reunião realizada em 30.11.2012, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 28.12.2012, por conta do dividendo obrigatório de 2012, o valor de R\$ 0,1639 por ação que totaliza R\$ 89.963 cujo pagamento será efetuado até 30.04.2013.	89.963	(13.494)	76.469
Dividendos propostos em 31.12.2012	5.501		5.501
Remuneração dos acionistas	157.496	(22.799)	134.697
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	4.863		4.863

Conforme mencionado na nota 2.21, a parcela dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, não está registrada no passivo e seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 4.863, excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto, foi registrado no patrimônio líquido como "dividendo adicional proposto".

Nota 20 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.297 milhões. A Companhia não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos são mantidos, brigadas interna e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 21 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de venda	4.142.437	3.664.522	4.308.655	3.828.277
Mercado interno	4.017.842	3.563.070	4.159.083	3.693.306
Mercado externo	124.595	101.452	149.572	134.971
Impostos e contribuições sobre vendas	(897.033)	(835.134)	(914.256)	(857.912)
Receita líquida de vendas	3.245.404	2.829.388	3.394.399	2.970.365

Nota 22 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	(144.574)	(154.009)
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(441.166)	(373.428)	(430.379)	(349.680)
Matérias-primas e materiais de consumo	1.898.440	1.647.963	1.742.364	1.515.983
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	557.389	529.246	616.121	581.348
Encargos de depreciação, amortização e impairment	206.385	191.479	470.342	402.519
Despesas de transporte	197.353	173.396	200.005	177.634
Despesas de publicidade	58.503	53.435	58.851	53.724
Outras despesas	232.103	216.835	187.341	181.633
Total	2.709.007	2.438.926	2.700.071	2.409.152

Nota 23 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	30.393	35.915	61.323	70.172
Variação cambial ativa	3.727	7.015	6.290	8.365
Atualizações monetárias	6.373	6.396	10.638	7.942
Juros e descontos obtidos	4.733	4.497	5.073	5.053
Operações com controladas	-	68	-	-
Valor justo	-	(44)	-	(45)
Deságio Fundap	-	-	5.817	6.634
Outras	(84)	10	(91)	10
Total	45.142	53.857	89.050	98.131
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos -Moeda nacional	(137.709)	(140.548)	(170.949)	(171.042)
Encargos sobre financiamentos -Moeda estrangeira	(9.877)	(18.361)	(9.877)	(19.381)
Variação cambial passiva	(4.911)	(3.764)	(7.319)	(4.853)
Atualizações monetárias	(2.340)	(2.547)	(4.722)	(5.887)
Operações com derivativos	8.376	7.585	14.400	7.916
Taxas bancárias	(4.820)	(4.874)	(5.476)	(5.647)
Imposto de operações financeiras	(2.635)	(2.939)	(3.703)	(3.248)
Outras	(1.323)	(1.807)	(20.804)	(17.895)
Total	(155.239)	(167.255)	(208.450)	(220.037)
Total do resultado financeiro	(110.097)	(113.398)	(119.400)	(121.906)

Nota 24 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Amortização de carteira de clientes	(25.817)	(25.294)	(26.103)	(25.294)
Participações e Stock Option	(19.385)	(15.226)	(19.385)	(15.226)
Créditos com plano de previdência complementar	12.465	10.367	14.124	11.306
Recuperação fiscal da ação do Pis Semestralidade Lei Complementar nº 7/70	-	-	10.729	-
Venda da unidade de Chapas em Jundiá	-	28.929	-	28.929
Venda da Fazenda Boa Esperança da controlada Duraflora	-	-	-	13.442
Venda da Fazenda Monte Alegre da controladora	-	570	-	570
Reversão de contingências tributárias	10.028	7.875	10.028	7.875
Reversão de provisão de IR sobre carteira de clientes de controlada incorporada	16.311	-	16.311	-
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	52	7.714	3.347	7.132
	(6.346)	14.935	9.051	28.734

Nota 25 – Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	537.538	413.276	573.166	454.460
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(182.763)	(140.514)	(194.876)	(154.516)
I.Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	104.481	101.450	81.421	74.916
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	(6.506)	(788)
Juros sobre o capital próprio	53.225	51.426	53.225	51.426
Resultado da Equivalência Patrimonial	44.298	45.690	688	-
Outras adições e exclusões	6.958	4.334	34.014	24.278
I.Renda e C. Social sobre o Lucro do período	(78.282)	(39.064)	(113.455)	(79.600)
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(74.445)	(24.661)	(112.483)	(59.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.837)	(14.403)	(972)	(20.179)

Nota 26 – Plano de opções de ações

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qty Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					dez/11 *	dez/12 *			2007 a 2010	2011	2012	
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	586	586	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	31/12/2017	11,82	2.535.227	1.588.612	10,36	24.758	24.758	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	31/12/2018	15,34	2.932.193	1.649.682	8,47	19.456	19.456	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	31/12/2017	9,86	1.983.285	922.476	4,64	9.194	6.957	1.490	747	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	8.716	2.319	2.132	2.250	2.015
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.875.322	1.868.298	5,11	9.583	-	1.374	2.809	5.400
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	31/12/2020	10,21	-	1.315.360	5,69	7.484	-	-	1.492	5.992
Soma	15.167.678				10.839.701	8.858.102		79.777	54.076	4.996	7.298	13.407
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								77.089	52.252	(1) 4.829	(2) 7.052	(3) 12.956 (4)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2010.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2011

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2012

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 828.677 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 27 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2012, com

6.159 participantes (5.856 em 31 de dezembro 2011).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 92.232 (R\$ 78.108 em 31 de dezembro de 2011). O acréscimo de R\$ 14.124 foi reconhecido no resultado na rubrica Outros resultados operacionais, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(622.119)	(629.390)
Valor justo dos ativos	847.690	851.052
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	225.571	221.662
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(133.339)	(143.554)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	92.232	78.108

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Towers Watson, atuário independente, calculou para a Fundação Itaúsa Industrial os valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em função do reconhecimento desse superávit depender da aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar -Previc e do pedido de destinação das reservas especiais e manutenção dos níveis da reserva de contingência do plano. A Companhia, optou por não reconhecer o ativo em 31 de dezembro de 2012(ver nota 30b).

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2012:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(71.533)	(66.269)
Valor justo dos ativos	145.198	124.965
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	73.665	58.696
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(73.665)	(58.696)
(Passivo) / Ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial	-	-

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de desconto	8,16%	9,52%
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,37%	10,37%
Crescimento salariais futuros	7,12%	7,43%
Crescimento dos benefícios	4,00%	4,30%
Inflação	4,00%	4,30%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2012	31/12/2011
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 28 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade como ações em tesouraria.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	459.256	374.212
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	550.054	550.035
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.666)	(1.377)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	548.388	548.658
Lucro básico por ação	0,8375	0,6820

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, correspondentes no programa de *Stock Options*.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	459.256	374.212
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	550.054	550.035
Opções de compra de ações / Debêntures conversíveis em ações	16.609	10.840
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.666)	(1.377)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	564.997	559.498
Lucro diluído por ação	0,8128	0,6688

Nota 29 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Madeira	Deca	Consol	Madeira	Deca	Consol
Receita Líquida de vendas	2.216.095	1.178.304	3.394.399	1.875.979	1.094.386	2.970.365
Mercado interno	2.113.785	1.131.788	3.245.573	1.780.982	1.054.987	2.835.969
Mercado externo	102.310	46.516	148.826	94.997	39.399	134.396
Variação do valor justo dos ativos biológicos	144.574	-	144.574	154.009	-	154.009
Custo dos produtos vendidos	(1.209.715)	(681.708)	(1.891.423)	(1.085.975)	(629.900)	(1.715.875)
Depreciação, amortização e exaustão	(248.303)	(53.328)	(301.631)	(212.454)	(46.216)	(258.670)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(162.778)	-	(162.778)	(137.898)	-	(137.898)
Lucro Bruto	739.873	443.268	1.183.141	593.661	418.270	1.011.931
Despesas com Vendas	(208.701)	(169.577)	(378.278)	(188.387)	(155.568)	(343.955)
Despesas Gerais e Administrativas	(62.090)	(48.445)	(110.535)	(69.386)	(37.377)	(106.763)
Honorários da administração	(8.347)	(4.490)	(12.837)	(8.786)	(4.795)	(13.581)
Outros Resultados Operacionais	(5.933)	14.984	9.051	26.472	2.262	28.734
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.024	-	2.024	-	-	-
Lucro Operacional antes do resultado Financeiro	456.826	235.740	692.566	353.574	222.792	576.366

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

Nota 30 – Eventos subsequentes**a-) Aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda**

A Duratex S.A. assinou, em 2 de janeiro de 2013, o contrato de aquisição da totalidade das quotas do capital social da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. pelo preço de R\$ 58,1 milhões. Este valor poderá ser ajustado, para mais ou para menos, de acordo com o capital de giro que será calculado a partir dos demonstrativos contábeis de encerramento do exercício de 2012. A condição de pagamento foi escalonada da seguinte forma: 50% em janeiro de 2013, 20% em fevereiro de 2013 (5 dias úteis a partir do fechamento do balanço de encerramento do exercício de 2012), e os 30% finais serão pagos em três parcelas anuais e sucessivas, vincendas em 30 de abril de 2014, 2015 e 2016.

b-) Plano de Previdência Privada - Revisão do Plano de Benefício Definido

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano, mediante a reversão às patrocinadoras do montante de R\$ 42 milhões (R\$ 28 milhões líquido dos efeitos tributários), relativo à Reserva Especial constante em seu Patrimônio Social. Esse montante será disponibilizado de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 36 meses a partir de 2013.

c-) Aumento do capital social

Nas reuniões do Conselho de Administração evidenciadas no quadro abaixo, foram aprovados os aumentos no capital social mediante emissão de ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por debenturistas que converteram debêntures adquiridas nos termos da escritura particular da primeira emissão privada de debêntures conversíveis em ações.

Valor anterior do capital	Qtd. Anterior de ações	Ato Societário	Debêntures convertidas	Ações emitidas	Valor do aumento	Qtd atual de ações	Valor atual do capital
1.550.246.461,69	550.054.041	RCA - 23/01/2013	3	30	409,56	550.054.071	1.550.246.871,25
1.550.246.871,25	550.054.071	RCA - 14/02/2013	1	10	137,33	550.054.081	1.550.247.008,58